



Comunicado

LSEG Data & Analytics>bcp.ls • Exchange>BCP
Bloomberg>bcp pl • ISIN • PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

29 de julho de 2026

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2026

Servir a Economia e Gerar Valor

Rendibilidade

- **Resultado líquido do Grupo de 565,8 milhões de euros** no primeiro semestre de 2026, correspondendo a um **aumento de 12,7%** face ao período homólogo do ano anterior (502,3 milhões de euros), **refletindo a capacidade do Banco em gerar valor**.
- **Resultado líquido da atividade em Portugal situou-se nos 470,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2026**, correspondendo a um **aumento de 10,9%** face ao período homólogo do ano anterior.
- **Resultado líquido¹ das operações internacionais aumenta 25,2%**, tendo ascendido a **183,5 milhões de euros** no primeiro semestre de 2026, que compara com 146,6 milhões de euros obtidos no primeiro semestre de 2025. Destaque para o **Bank Millennium** que registou um **resultado líquido de 166,9¹ milhões de euros**, correspondendo a **uma variação de 38,7%²** face ao primeiro semestre de 2025. Esta evolução reflete em grande medida a **redução de 64,9%³ nos encargos associados à carteira de créditos hipotecários em francos suíços** que, nos primeiros seis meses do ano, se situaram nos **96,7 milhões de euros**.

Modelo de negócio

- Sólidos rácios de capital⁴, **CET1 de 15,1% e rácio de capital total de 19,3%**.
- **Indicadores de liquidez⁵ do Grupo mantêm-se significativamente acima dos requisitos regulamentares**. LCR: 326%; NSFR: 183% e LtD: 68%. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 30 mil milhões de euros.
- **Crédito a Clientes no Grupo aumenta 8,3%** para 65,2 mil milhões de euros e **recursos totais de Clientes crescem 9,8%** para 116,7 mil milhões de euros face a junho de 2025. **Em Portugal, o crédito a Clientes aumentou 8,6%** e os **recursos totais de Clientes aumentaram 7,2%**. **Crédito a empresas no Bank Millennium regista um acréscimo de 31,8%⁶** face a junho de 2025.
- **Ativos não produtivos com redução** expressiva, com destaque para o decréscimo de **187 milhões de euros em NPE** no Grupo face a junho de 2025.
- **Custo do risco no primeiro semestre de 2026 situou-se nos 32 p.b. no Grupo e em Portugal**.
- **Clientes ativos aumentam 4%** face à mesma data do ano anterior, situando-se nos 7,4 milhões. Clientes *mobile* aumentam 8% e representam 75% da base de Clientes em junho de 2026.

¹ Antes de interesses que não controlam. ² Sem efeito cambial, 37,9% com efeito cambial. ³ Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal. Não inclui as provisões relacionadas com a carteira de créditos hipotecários em CHF do Euro Bank (garantida por entidade terceira). Antes de impostos, interesses que não controlam e sem efeito cambial (65,1% com efeito cambial). ⁴ Rácio *fully implemented* estimado (jun. 2026) incluindo **10%** do resultado líquido não auditado do 1S26. Sem considerar qualquer distribuição, o rácio CET1 *proforma* é de **16,2%**. ⁵ *Liquidity Coverage Ratio* (LCR); *Net Stable Funding Ratio* (NSFR); *Loans to Deposits Ratio* (LtD). ⁶ Sem efeito cambial, 30,1% com efeito cambial.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.

Capital Social: 3.000.000.000 euros.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial

do Porto com o número único de matrícula e de

identificação fiscal 501525882.

LEI: JU1U650DG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 jun. 26	30 jun. 25 (reexpresso ²)	Var. 26/25
BALANÇO			
Ativo total	114.800	105.466	8,9 %
Situação líquida	9.562	8.404	13,8 %
Crédito a clientes (líquido)	63.836	58.839	8,5 %
Recursos totais de clientes	116.655	106.246	9,8 %
Recursos de clientes de balanço	95.063	87.321	8,9 %
Depósitos e outros recursos de clientes	93.249	85.950	8,5 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes	68,5 %	68,5 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	67,2 %	67,4 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	1.493,8	1.444,1	3,4 %
Produto bancário	1.950,3	1.848,0	5,5 %
Custos operacionais	720,2	683,5	5,4 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	713,4	680,7	4,8 %
Resultados de modificações	(0,8)	(5,1)	83,6 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	104,4	89,8	16,3 %
Outras imparidades e provisões	188,5	280,6	(32,8 %)
Impostos sobre lucros	282,7	218,4	29,4 %
Resultado líquido	565,8	502,3	12,7 %
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,2 %	1,1 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	14,6 %	14,3 %	
Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE)	15,2 %	14,9 %	
Taxa de margem financeira	2,83 %	2,97 %	
Rácio de eficiência core (3)	36,9 %	36,6 %	
Rácio de eficiência	36,9 %	37,0 %	
Rácio de eficiência (3)	36,6 %	36,8 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (3)	32,4 %	34,7 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (3)	20,1 %	20,6 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	32	30	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes (4)	2,2 %	2,7 %	
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE (crédito) (4)	97,2 %	84,5 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	1,5 %	2,2 %	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	326 %	336 %	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	183 %	181 %	
CAPITAL (5)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	15,3 %	16,4 %	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	15,1 %	16,2 %	
Rácio <i>total fully implemented</i>	19,3 %	20,3 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	385	396	(2,8 %)
Atividade internacional	776	796	(2,5 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	5.996	6.224	(3,7 %)
Atividade internacional (6)	9.617	9.572	0,5 %

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no Glossário.

(2) A partir de março de 2026, os ativos com acordo de recompra (*reverse repos*) passaram a ser excluídos do agregado Crédito a clientes, de acordo com os critérios de gestão adotados pelo Banco. Os valores históricos estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade (impacto de 96 milhões de euros em junho de 2025).

A partir de junho de 2026, as vendas de títulos com acordo de recompra (*repos*) passaram a ser excluídas do agregado Depósitos e outros recursos de clientes, de acordo com os critérios de gestão adotados pelo Banco. Os valores históricos estão apresentados de acordo com a reclassificação efetuada, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. Esta exclusão não teve qualquer impacto em junho de 2025 uma vez que não foram registadas operações de recompra (*repos*) nesse mês.

Todos os indicadores associados às reclassificações acima referidas foram reexpressos em conformidade.

As reclassificações efetuadas em períodos anteriores, já devidamente comunicadas e acompanhadas das respetivas notas explicativas, não se encontram identificadas neste relatório, uma vez que os valores reexpressos correspondentes já foram divulgados em comunicados anteriores.

(3) Exclui o impacto dos itens específicos: impacto negativo de 6,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2026 e impacto também negativo no montante de 2,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025. Em ambos os períodos, os itens específicos foram reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal e incluem custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com indemnizações e reformas antecipadas, e montantes relacionados com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores.

(4) Estes indicadores referem-se ao crédito a clientes, conforme definido no Glossário, que inclui o crédito a clientes ao custo amortizado (excluindo ativos com acordo de recompra - *reverse repos*), os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e o crédito a clientes ao justo valor através de resultados (excluindo ativos com acordo de recompra - *reverse repos*).

(5) Os rácios de capital com referência a 30 de junho de 2026 são estimados, incluindo 10% dos resultados líquidos acumulados no período (não auditados).

(6) Dos quais, na Polónia: 6.954 colaboradores em 30 de junho de 2026 (correspondendo a 6.842 FTE - *full-time equivalent*) e 6.909 colaboradores em 30 de junho de 2025 (correspondendo a 6.786 FTE - *full-time equivalent*).

A análise das operações internacionais está de acordo com as contas consolidadas do Grupo, podendo existir diferenças face às contas divulgadas localmente.

INSTRUÇÃO N.º 16/2004 DO BANCO DE PORTUGAL

Na sequência da publicação da instrução n.º 17/2025 do Banco de Portugal, que altera a instrução n.º 16/2004, relativa aos indicadores a utilizar pelas instituições de crédito na divulgação de informação ao público, incluímos na tabela abaixo os referidos indicadores calculados de acordo com o disposto na versão da instrução em vigor.

Esta alteração visa alinhar os indicadores a divulgar ao público com as definições e os critérios usados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), designadamente associando as fórmulas de cálculo desses indicadores a elementos específicos do modelo de reporte de informação financeira/contabilística para fins de supervisão (FINREP - *Common Reporting Framework*). Assim, contrariamente à restante informação divulgada neste comunicado, que considera o perímetro de consolidação integral, estes indicadores são calculados de acordo com o perímetro prudencial.

INDICADORES DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO N.º 16/2004 DO BANCO DE PORTUGAL, NA VERSÃO VIGENTE

	30 jun. 26	30 jun. 25
RENDIBILIDADE		
Resultado líquido / Ativo total	1,2 %	1,1 %
Produto bancário / Ativo total	3,6 %	3,7 %
Resultado líquido / Capitais próprios	14,1 %	13,8 %
EFICIÊNCIA		
Rácio <i>Cost-to-income</i>	35,5 %	36,0 %
Custos com o pessoal / Produto bancário	19,6 %	20,1 %
TRANSFORMAÇÃO		
Empréstimos e adiantamentos a sociedades não financeiras e a particulares / Depósitos de sociedades não financeiras e particulares	64,4 %	64,2 %

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

No primeiro semestre de 2026, o resultado líquido consolidado ascendeu a 565,8 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 12,7% face aos 502,3 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior e a uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo de 14,6% (14,3% no primeiro semestre de 2025).

O crescimento do resultado líquido do Grupo face ao primeiro semestre de 2025 beneficiou maioritariamente do desempenho favorável da atividade em Portugal, refletindo também um maior contributo da atividade internacional face ao primeiro semestre do ano anterior.

Em comparação com o primeiro semestre de 2025, o resultado líquido consolidado beneficiou do aumento dos proveitos *core* e dos resultados em operações financeiras. Os resultados por equivalência patrimonial e os resultados de modificações também evoluíram favoravelmente, pese embora com um impacto menos expressivo no desempenho do resultado líquido do Grupo. Por outro lado, a redução das imparidades e provisões contribuiu largamente para o crescimento do resultado face ao primeiro semestre do ano anterior. Em contrapartida, no mesmo período, registou-se um aumento dos custos operacionais.

O crescimento dos proveitos *core* do Grupo face ao primeiro semestre do ano anterior (+4,0%; +74,0 milhões de euros), para 1.931,9 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente, foi impulsionado pelo desempenho da atividade em Portugal. Na atividade internacional, os proveitos *core* foram inferiores aos registados no primeiro semestre de 2025, porém com um impacto pouco expressivo na evolução dos resultados do Grupo neste período.

Em termos consolidados, o desempenho dos proveitos *core* reflete maioritariamente a evolução da margem financeira que se situou 3,4% (+49,8 milhões de euros) acima do montante alcançado nos primeiros seis meses de 2025, ascendendo a 1.493,8 milhões de euros no final de junho de 2026, com o impacto do aumento registado na atividade em Portugal a ser atenuado pela redução da margem financeira na atividade internacional. As comissões líquidas do Grupo também apresentaram uma subida, de 5,8% (+24,2 milhões de euros), face ao período homólogo do ano anterior, totalizando 438,0 milhões de euros no final de junho de 2026. Tanto na atividade em Portugal quanto na atividade internacional as comissões líquidas aumentaram no período em análise.

O aumento significativo dos resultados em operações financeiras do Grupo, de 55,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para 81,2 milhões de euros no mesmo período do ano corrente (+25,4 milhões de euros), ficou a dever-se ao contributo da atividade em Portugal, pese embora o seu impacto tenha sido ligeiramente atenuado pelo decréscimo que se registou na atividade internacional. A evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal foi influenciada por ganhos associados à alienação de ativos *legacy* decorrentes da recuperação de créditos não produtivos.

Os resultados por equivalência patrimonial, por sua vez, foram 19,8% superiores face aos verificados no primeiro semestre do ano anterior, totalizando 37,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2026.

Apesar de pouco expressivos, os resultados de modificações, reconhecidos exclusivamente na subsidiária polaca, também contribuíram para o desempenho favorável do resultado líquido do Grupo, ao evoluir de 5,1 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2025 para 0,8 milhões de euros também negativo no final do primeiro semestre do ano corrente (+4,3 milhões de euros), influenciados pela inexistência, no primeiro semestre de 2026, de custos associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira.

Globalmente, o impacto antes de impostos e interesses que não controlam associado à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca continuou a condicionar os resultados do Grupo, apesar da redução de 65,1%, ao evoluir de um custo de 276,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para um custo de 96,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2026.

Para a evolução positiva do impacto associado à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca contribuiu em larga medida a redução da provisão constituída por esta filial para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, que foi 145,9 milhões de euros inferior à provisão registada no primeiro semestre de 2025. Esta redução influenciou de forma decisiva a evolução das imparidades e provisões, como um todo.

Assim, globalmente, as imparidades e provisões do Grupo registaram uma redução significativa, decorrente da evolução das outras imparidades e provisões, que se situaram 32,8% (-92,1 milhões de euros) abaixo do montante apurado no primeiro semestre de 2025, ascendendo a 188,5 milhões de euros no final de junho de 2026. Em contrapartida, na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões registaram um aumento face ao semestre homólogo do ano anterior, pese embora o seu impacto tenha sido menos significativo. As dotações para a imparidade do crédito, líquidas de recuperações, em termos consolidados, aumentaram 16,3% (+14,6 milhões de euros) face ao primeiro semestre de 2025, totalizando 104,4 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026, influenciadas pela venda de créditos na subsidiária polaca, com maior impacto no primeiro semestre do ano anterior.

Não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos por parte do Grupo, os custos operacionais foram 5,4% (+36,7 milhões de euros) superiores face aos custos apurados no primeiro semestre de 2025, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional, totalizando 720,2 milhões de euros no final de junho de 2026.

Os outros proveitos de exploração líquidos, por sua vez, evoluíram de 97,6 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2025, para 100,8 milhões de euros também negativos no primeiro semestre de 2026 (-3,1 milhões de euros). Esta evolução decorreu do desempenho desfavorável da atividade em Portugal cujo impacto foi em larga medida absorvido pelo desempenho favorável da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca, que registou entre outras, uma evolução favorável dos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica.

No primeiro semestre de 2026, o resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 1.211,7 milhões de euros, situando-se 3,2% acima do montante alcançado no mesmo período do ano anterior, com o aumento registado nos proveitos *core* a superar o aumento dos custos operacionais.

A análise efetuada anteriormente não exclui o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Em ambos os períodos, o impacto dos itens específicos, antes de impostos e interesses que não controlam, foi negativo, no montante de 6,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2026 e de 2,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025. Excluindo o impacto dos itens específicos em ambos os períodos, o resultado operacional *core* do Grupo, também se situou acima do patamar alcançado no primeiro semestre de 2025 (+3,5%), cifrando-se em 1.218,5 milhões de euros no final de junho do ano corrente.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido do primeiro semestre de 2026 ascendeu a 470,2 milhões de euros, crescendo 10,9% face aos 424,0 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior.

Para a evolução favorável do resultado líquido na atividade em Portugal contribuiu em larga medida o aumento dos proveitos *core*, de 965,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, para 1.055,6 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente. Esta evolução decorreu sobretudo do aumento de 11,3% (+74,4 milhões de euros) da margem financeira, para 733,2 milhões de euros, no final de junho do ano corrente. As comissões líquidas, por sua vez, cresceram 5,0% (+15,3 milhões de euros) no mesmo período, para um total de 322,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2026.

O resultado líquido da atividade em Portugal foi também influenciado de forma favorável pelo aumento significativo dos resultados em operações financeiras (+34,0 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2025), totalizando 41,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2026. Esta evolução incorpora ganhos associados à alienação de ativos *legacy* decorrentes da recuperação de créditos não produtivos.

Ainda que com um impacto menos expressivo, os resultados por equivalência patrimonial, que totalizaram 33,9 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026, evoluíram favoravelmente face ao período homólogo do ano anterior (+18,9%, +5,4 milhões de euros).

O resultado líquido na atividade em Portugal foi ainda influenciado pelo aumento das imparidades e provisões, sobretudo pelas outras imparidades e provisões que aumentaram de 5,6 milhões de euros para 28,3 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente. A imparidade do crédito (líquida de recuperações) aumentou 5,4% (+3,7 milhões de euros) face ao montante reconhecido no período homólogo do ano anterior, totalizando 72,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, refletindo o crescimento da carteira de crédito (o custo do risco líquido de recuperações situou-se em 32 pontos base no primeiro semestre de 2026, que compara com 33 pontos base no primeiro semestre de 2025).

Os custos operacionais também aumentaram face ao primeiro semestre de 2025 (+5,4%; +18,3 milhões de euros) totalizando 360,7 milhões de euros no final de junho de 2026. Excluindo o impacto dos itens específicos, o aumento dos custos operacionais na atividade em Portugal foi de 4,2%.

Os outros proveitos de exploração líquidos passaram de 21,6 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2025 para 38,3 milhões de euros também negativos no primeiro semestre de 2026 (-16,7 milhões de euros).

O facto de o aumento dos proveitos *core* ter superado significativamente o aumento dos custos operacionais, na atividade em Portugal, traduziu-se num crescimento do resultado operacional *core* de 11,4%, para 694,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2026.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente (impactos negativos de 6,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2026 e de 2,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, ambos reconhecidos em custos com o pessoal), o resultado operacional *core* na atividade em Portugal totalizou 701,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, 12,0% acima do montante alcançado no período homólogo do ano anterior.

No que respeita à atividade internacional, o resultado líquido evoluiu de forma positiva (+22,1%) face aos 78,3 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior, totalizando 95,6 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente. Esta evolução reflete maioritariamente os melhores resultados apresentados pelo Bank Millennium na Polónia face ao primeiro semestre de 2025, sendo que os resultados apresentados pelo Millennium bim em Moçambique se revelaram inferiores aos alcançados no período homólogo do ano anterior, condicionados pela situação financeira verificada no país.

Com efeito, o resultado líquido do Bank Millennium ascendeu a 166,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2026, evidenciando um crescimento significativo de 37,9% face aos 121,1 milhões de euros apurados em igual período do ano anterior. Esta evolução foi obtida apesar do aumento da taxa de imposto sobre os rendimentos dos bancos na Polónia, de 19% em 2025 para 30% em 2026.

Para o desempenho favorável do resultado líquido da subsidiária polaca contribuiu largamente a redução do montante global dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, continuando, no entanto, estes custos a influenciar fortemente os resultados da subsidiária. Por outro lado, o desempenho do resultado líquido da subsidiária polaca foi também influenciado pelo aumento dos custos operacionais e das imparidades e provisões (excluindo as provisões associadas à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira), assim como pela redução dos proveitos *core*, quando comparados com os montantes apurados no primeiro semestre de 2025. A evolução desfavorável dos proveitos *core* decorreu da redução da margem financeira da subsidiária, fortemente influenciada pelos cortes nas taxas de referência por parte do banco central da Polónia (uma redução acumulada de 200 pontos base desde o início de 2025 até junho de 2026).

No que respeita ao Millennium bim em Moçambique, o resultado líquido apresentado ascendeu a 13,9 milhões de euros no final de junho de 2026, significativamente abaixo dos 23,7 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2025. Este desempenho foi fortemente influenciado pela situação financeira verificada no país.

O contributo da operação angolana para os resultados da atividade internacional, através da apropriação dos resultados do Banco Millennium Atlântico reconhecidos em resultados por equivalência patrimonial, ascendeu a 2,7 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente, correspondendo a um aumento de 0,8 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

O resultado operacional *core* da atividade internacional fixou-se em 516,8 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2026, situando-se 6,2% abaixo dos 550,8 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

MARGEM FINANCEIRA

Nos primeiros seis meses do ano, a margem financeira do Grupo ascendeu a 1.493,8 milhões de euros, situando-se 3,4% acima do montante alcançado no mesmo período do ano anterior. Esta evolução reflete o desempenho favorável da atividade em Portugal, cujo impacto foi atenuado pela redução da margem financeira da atividade internacional, quando comparada com o montante obtido no primeiro semestre de 2025.

Na atividade em Portugal, a margem financeira totalizou 733,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, aumentando 11,3% face aos 658,8 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu em larga medida a redução dos custos de *funding*, influenciada sobretudo pela diminuição dos custos associados à remuneração dos depósitos de clientes, não obstante o aumento registado no saldo médio dos depósitos remunerados face ao primeiro semestre de 2025.

A descida das taxas de juro aplicadas às emissões indexadas a taxa variável, bem como a gestão ativa e eficiente da dívida, com otimização das condições de financiamento, traduziu-se numa redução dos custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados, contribuindo também positivamente para o desempenho da margem financeira face ao primeiro semestre do ano anterior. O aumento do rendimento gerado pela carteira de títulos de dívida pública contribuiu igualmente de forma favorável para a evolução da margem financeira face ao primeiro semestre do ano anterior.

Do mesmo modo, o aumento verificado no saldo médio da carteira de crédito a clientes permitiu um maior rendimento desta carteira face ao primeiro semestre do ano anterior.

Por outro lado, o rendimento gerado pela carteira de títulos, excluindo a carteira de dívida pública, foi inferior face ao registado no primeiro semestre de 2025.

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 760,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, situando-se 3,1% abaixo dos 785,3 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2025.

Esta evolução reflete essencialmente o desempenho da subsidiária polaca, sendo que na subsidiária moçambicana a margem financeira também foi inferior face ao semestre homólogo do ano anterior, pese embora o impacto desta última tenha sido pouco significativo. A redução da margem financeira na subsidiária polaca advém em larga medida do menor rendimento gerado pela carteira de crédito, que, apesar do crescimento registado nos volumes, foi impactado pela forte redução das taxas de juro (taxa média WIBOR 3 meses de 5,60% no primeiro semestre de 2025 e de 3,86% no primeiro semestre de 2026). Em contrapartida, registou-se um menor custo dos depósitos de clientes e um maior rendimento da carteira de títulos.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira passou de 2,97% no primeiro semestre de 2025 para 2,83% no primeiro semestre de 2026.

Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira evoluiu de 2,12% no primeiro semestre de 2025, para 2,22% no primeiro semestre do ano corrente. Neste período, a Euribor a 6 meses evoluiu de 2,30% para 2,36% (média acumulada dos primeiros seis meses de 2025 e de 2026, respetivamente).

A taxa de margem financeira na atividade internacional, por sua vez, evoluiu de 4,47% no primeiro semestre de 2025, para 3,84% no primeiro semestre de 2026, refletindo a redução neste indicador registada na subsidiária na Polónia. Importa referir que o banco central da Polónia reduziu as taxas de referência seis vezes em 2025 (em maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro), e também em março do ano corrente, correspondendo a uma redução acumulada de 200 pontos base (de 5,75% no início de 2025 para 3,75% em junho de 2026). O aumento das aplicações de liquidez em títulos de dívida pública resultantes do crescimento dos depósitos de clientes, embora contribuindo positivamente para a margem financeira, reflete-se numa redução da taxa de margem financeira face ao primeiro semestre do ano anterior.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram de 31,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para 38,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, refletindo sobretudo o desempenho da atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, apesar de não ter sido reconhecido nenhum montante nem no primeiro semestre de 2025 nem no primeiro semestre de 2026 relativo a rendimentos de instrumentos de capital, os resultados por equivalência patrimonial aumentaram de 28,5 milhões de euros para 33,9 milhões de euros neste período, largamente influenciados pelo contributo dos resultados provenientes da Millenniumbcp Ageas.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, totalizaram 4,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, evoluindo favoravelmente face aos 3,3 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, devido sobretudo à apropriação dos resultados gerados pela participação no Banco Millennium Atlântico em Angola que passaram de 1,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para 2,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2026.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Nos primeiros seis meses de 2026, as comissões líquidas, no seu conjunto, totalizaram 438,0 milhões de euros, apresentando um crescimento de 5,8% face aos 413,8 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, beneficiando do desempenho quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional.

Em termos consolidados, quer as comissões bancárias, quer as comissões relacionadas com os mercados financeiros situaram-se acima do montante apurado nos primeiros seis meses de 2025.

Com efeito, as comissões bancárias do Grupo situaram-se 4,2% (+14,4 milhões de euros) acima do montante apurado no primeiro semestre de 2025, ascendendo a 361,7 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros aumentaram 14,7% (+9,8 milhões de euros), totalizando 76,3 milhões de euros, no final de junho de 2026.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	6M26	6M25	Var. 26/25
COMISSÕES BANCÁRIAS	361,7	347,3	4,2%
Cartões e transferências de valores	134,2	132,8	1,1%
Crédito e garantias	68,0	64,0	6,2%
Bancassurance	77,9	67,6	15,3%
Gestão e manutenção de contas	81,7	81,6	0,1%
Outras comissões	(0,2)	1,2	(119,6%)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	76,3	66,6	14,7%
Operações sobre títulos	25,0	23,4	7,1%
Gestão e distribuição de ativos	51,3	43,2	18,7%
	438,0	413,8	5,8%
das quais:			
Atividade em Portugal	322,4	307,1	5,0%
Atividade internacional	115,6	106,7	8,3%

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas totalizaram 322,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, correspondendo a um crescimento de 5,0% face aos 307,1 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Tanto as comissões relacionadas com o negócio bancário, que totalizaram 267,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, como as comissões relacionadas com os mercados, que totalizaram 55,3 milhões de euros no mesmo período, evoluíram favoravelmente, apresentando crescimentos de 3,8% (+9,9 milhões de euros) e de 10,9% (+5,5 milhões de euros) respetivamente.

As comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade em Portugal evoluíram favoravelmente de uma forma generalizada, destacando-se o crescimento das comissões provenientes da atividade de *bancassurance*, sendo que as comissões associadas à gestão e manutenção de contas, as comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, que incluem os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS), e as comissões associadas a operações de crédito e garantias também tiveram um desempenho favorável face ao período homólogo do ano anterior. As outras comissões bancárias, na atividade em Portugal, por sua vez, não variaram materialmente face ao primeiro semestre de 2025.

No que respeita às comissões relacionadas com os mercados na atividade em Portugal, tanto as comissões decorrentes da gestão e distribuição de ativos como as comissões relacionadas com operações sobre títulos, alcançaram um patamar superior ao verificado no final de junho de 2025, com o crescimento das primeiras a contribuir mais significativamente para o desempenho deste agregado.

Na atividade internacional, as comissões líquidas totalizaram 115,6 milhões de euros, no primeiro semestre de 2026, aumentando 8,3% (+8,9 milhões de euros) face ao montante apurado um ano antes, refletindo essencialmente o crescimento verificado na subsidiária polaca. Na subsidiária em Moçambique, as comissões líquidas mantiveram-se estáveis face ao primeiro semestre do ano anterior.

As comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade internacional, totalizaram 94,6 milhões de euros no final de junho de 2026, correspondendo a um aumento de 5,1% (+4,6 milhões de euros) face ao montante registado em igual período do ano anterior, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros, por sua vez, registaram um aumento de 25,8% (+4,3 milhões de euros).

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No primeiro semestre de 2026, os resultados em operações financeiras cifraram-se em 81,2 milhões de euros, evoluindo favoravelmente face aos 55,8 milhões de euros alcançados no semestre homólogo do ano anterior.

Este desempenho deve-se sobretudo ao contributo da atividade em Portugal, cujo impacto foi atenuado pelo menor contributo da atividade internacional face ao primeiro semestre de 2025.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras evoluíram de 7,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, para 41,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026, influenciados por ganhos associados à alienação de ativos *legacy* decorrentes da recuperação de créditos não produtivos.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras diminuíram de 48,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para 40,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, refletindo a redução observada tanto na subsidiárias da Polónia, como em Moçambique.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias e outros tributos aplicáveis ao setor bancário, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

No último ano, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 97,6 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2025, para 100,8 milhões de euros também negativos no mesmo período do ano corrente,

tendo o impacto do bom desempenho da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca, sido absorvido pelo impacto inverso da evolução do contributo da atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 21,6 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2025, para 38,3 milhões de euros também negativos no final de junho de 2026. Esta evolução ficou a dever-se, por um lado, à diminuição dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos e por outro ao aumento do impacto dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito. Em contrapartida, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos beneficiou do reconhecimento de proveitos associados a processos contenciosos.

A redução dos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos decorreu sobretudo dos ganhos associados a participações financeiras, mas também dos menores resultados provenientes da alienação de ativos não correntes detidos para venda.

O montante global das contribuições obrigatórias, na atividade em Portugal, passou de 32,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para 42,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2026 (+28,4%). Esta evolução foi influenciada desfavoravelmente pelo facto de no primeiro semestre do ano anterior ter sido reconhecido um proveito, referente ao Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário pago pelo Banco em 2021. Com efeito, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 478/2025 proferido em 3 de junho de 2025, que declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do Regime do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário, não só não foi efetuada a autoliquidação e pagamento do imposto que, nos termos das regras anteriormente em vigor, seriam devidos até 30 de junho de 2025, como foram reconhecidos proveitos no primeiro semestre de 2025 no montante total de 6,2 milhões de euros, referentes ao imposto pago em 2021. Os proveitos referentes ao imposto pago pelo Banco nos restantes anos (entre 2020 e 2024 inclusive), foram reconhecidos no segundo semestre de 2025, não tendo sido reconhecido qualquer montante relacionado com este imposto no primeiro semestre de 2026.

Os restantes custos suportados com as contribuições obrigatórias a que o Banco está sujeito na atividade em Portugal também foram superiores face aos verificados no primeiro semestre de 2025. O custo suportado com a contribuição sobre o setor bancário ascendeu a 31,2 milhões de euros, que compara com 28,6 milhões de euros registados no primeiro semestre do ano anterior, enquanto a contribuição para o Fundo de Resolução Nacional (FRN) aumentou de 10,2 milhões de euros, para 10,7 milhões de euros no final de junho de 2026, não obstante a redução da taxa de contribuição de 0,049% para 0,047%. A contribuição para o fundo de garantia de depósitos, por sua vez, manteve-se estável totalizando 0,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2026.

Por último, refira-se o facto de o Conselho Único de Resolução ter determinado que, tendo o Fundo Único de Resolução (FUR) atingido o seu nível-alvo, não iriam ser cobradas contribuições ex-ante em 2026, à semelhança do que havia sucedido em 2025.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de um custo de 76,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para um custo de 62,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2026.

Este desempenho resultou, em larga medida, da evolução favorável dos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos nesta rubrica na subsidiária polaca. Por outro lado, assistiu-se a um acréscimo dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que esta mesma subsidiária está sujeita.

Os impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, no que a esta rubrica diz respeito, evoluíram significativamente de um custo de 4,7 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2025, para um proveito de 7,8 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Este desempenho reflete sobretudo a evolução favorável dos custos judiciais, incluindo os relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium para ressarcimento dos valores devidos pelos clientes. Por outro lado, os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A., diminuíram em relação ao período homólogo do ano anterior, totalizando 14,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, que compara com 23,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2025.

Os custos associados às contribuições obrigatórias suportados pela subsidiária polaca aumentaram de 74,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para 75,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2026. Esta

evolução ficou a dever-se sobretudo ao aumento dos encargos com o fundo de resolução por parte desta subsidiária, que ascenderam a 27,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2026 correspondendo a um aumento superior a 50% face ao período homólogo do ano anterior. Com um impacto menos expressivo, o imposto especial sobre o sector bancário polaco também foi superior ao apurado no primeiro semestre de 2025 totalizando 48,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2026 (47,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2025). Em contrapartida, uma vez atingido o nível-alvo, em 2026 não será cobrada a contribuição para o fundo de garantia de depósitos do Bank Millennium, que no primeiro semestre de 2025 havia totalizado 8,7 milhões de euros.

CUSTOS OPERACIONAIS

Pese embora a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os custos operacionais situaram-se 5,4% acima dos 683,5 milhões de euros apurados no primeiro semestre do ano anterior, totalizando 720,2 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente. Os custos operacionais foram superiores aos registados no primeiro semestre de 2025, quer na atividade em Portugal quer na subsidiária polaca. Na subsidiária moçambicana, por sua vez, os custos operacionais foram inferiores aos registados nos primeiros seis meses de 2025.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros		
	6M26	6M25	Var. 26/25
Custos com o pessoal	398,7	383,3	4,0 %
Outros gastos administrativos	239,4	223,4	7,1 %
Amortizações e depreciações	82,1	76,8	6,9 %
	720,2	683,5	5,4 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	360,7	342,4	5,4 %
Atividade internacional	359,5	341,2	5,4 %

Os montantes apresentados não excluem o impacto dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Quer no primeiro semestre de 2026, quer no primeiro semestre de 2025, o impacto foi negativo no montante de 6,9 milhões de euros e de 2,8 milhões de euros, respetivamente.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, os custos operacionais do Grupo cifraram-se em 713,4 milhões de euros, situando-se 4,8% acima dos 680,7 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2025. O aumento registado nos custos decorreu maioritariamente do aumento dos outros gastos administrativos (+7,1%, +16,0 milhões de euros), devido ao contributo quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca. Os custos com o pessoal também se revelaram superiores face ao montante apurado no primeiro semestre de 2025 (+3,0%, +11,3 milhões de euros) devido ao desempenho da atividade internacional, com maior expressão na subsidiária polaca. As amortizações e depreciações, por sua vez, também se situaram acima do montante registado um ano antes (+6,9%, +5,3 milhões de euros), influenciadas pelo desempenho da atividade em Portugal. Na atividade internacional as amortizações e depreciações mantiveram-se estáveis face ao primeiro semestre do ano anterior, com o aumento verificado na subsidiária polaca a ser compensado pela redução na subsidiária em Moçambique.

Quer o rácio de eficiência, quer o rácio de eficiência *core* mantiveram-se num patamar semelhante ao registado no primeiro semestre do ano anterior, evoluindo respetivamente de 36,8% para 36,6%, e de 36,6% para 36,9% no último ano, excluindo-se em ambos os casos o impacto dos itens específicos.

Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated*, por sua vez, também não variaram significativamente, tendo evoluído respetivamente, de 37,0% para 36,9% e de 36,8% para 37,3%, no mesmo período.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 360,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, situando-se 5,4% acima dos 342,4 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2025. Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, o aumento dos custos operacionais foi de 4,2%, de 339,6 milhões de euros para 353,9 milhões de euros.

A evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal, não considerando o impacto dos itens específicos, advém dos aumentos de 8,9% (+9,4 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 13,5% (+5,4 milhões de euros) nas amortizações e depreciações. Os custos com o pessoal, por sua vez, mantiveram-se em linha (-0,3%; -0,6 milhões de euros) com o montante apurado no primeiro semestre de 2025.

Excluindo o impacto dos itens específicos, o rácio de eficiência na atividade em Portugal evoluiu de 34,7% para 32,4%, enquanto o rácio de eficiência *core* passou de 35,2% para 33,5%, no período em análise.

Por sua vez, os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* situaram-se em 33,0% e 34,2%, no primeiro semestre de 2026, valores que comparam respetivamente com 34,9% e 35,4% no semestre homólogo do ano anterior.

Na atividade internacional, os custos operacionais cifraram-se em 359,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, situando-se 5,4% acima dos 341,2 milhões de euros contabilizados em igual período do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao aumento registado na subsidiária polaca, cujo impacto foi ligeiramente atenuado pela redução verificada na subsidiária em Moçambique face ao primeiro semestre de 2025.

A evolução dos custos operacionais na atividade internacional decorreu dos aumentos de 6,4% (+11,9 milhões de euros) nos custos com o pessoal e de 5,5% (+6,5 milhões de euros) nos outros gastos administrativos. As amortizações e depreciações mantiveram-se estáveis face ao período homólogo do ano anterior (-0,3%; -0,1 milhões de euros).

O rácio de eficiência, na atividade internacional, evoluiu de 39,3% no primeiro semestre de 2025 para 41,9% no primeiro semestre de 2026, enquanto o rácio de eficiência *core*, por sua vez, passou de 38,2% para 41,0% no mesmo período.

CUSTOS COM O PESSOAL

No primeiro semestre de 2026, os custos com o pessoal totalizaram 398,7 milhões de euros, situando-se 4,0% acima dos 383,3 milhões de euros contabilizados no período homólogo do ano anterior. Quer na atividade em Portugal quer principalmente na atividade internacional, os custos com o pessoal foram superiores face aos verificados no primeiro semestre de 2025.

A evolução apresentada inclui o impacto negativo dos itens específicos reconhecidos em cada um dos períodos, na atividade em Portugal (6,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2026 e 2,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2025).

Em ambos os períodos, os itens específicos associados aos custos com o pessoal incluem custos com saídas de colaboradores e montantes relacionados com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores.

Não considerando o impacto dos itens específicos, os custos com o pessoal do Grupo cresceram 3,0% face aos 380,5 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre do ano anterior, ascendendo a 391,8 milhões de euros, no final do primeiro semestre do ano corrente.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal *stated* totalizaram 200,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2026, situando-se 1,8% acima dos 196,7 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Não considerando o impacto dos itens específicos, os custos com o pessoal mantiveram-se em linha (-0,3%) com o montante apurado no primeiro semestre de 2025, totalizando 193,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2026.

No final de junho de 2026, o quadro de pessoal na atividade em Portugal era composto por 5.996 colaboradores, menos 228 colaboradores do que em 30 de junho de 2025, não obstante a contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital, novas tecnologias e áreas de controlo interno.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 198,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, situando-se 6,4% acima dos 186,6 milhões de euros apurados um ano antes. A subsidiária polaca foi a

principal responsável por esta evolução, pese embora na subsidiária em Moçambique também se tenha assistido a um aumento dos custos com o pessoal face ao primeiro semestre de 2025, ainda que de menor dimensão.

Na subsidiária na Polónia, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser influenciada pela conjuntura que atravessa o mercado de trabalho daquele país, com taxas de desemprego muito baixas e uma forte pressão sobre os salários base, refletindo também o aumento do número de colaboradores no período em análise, associado ao desenvolvimento das iniciativas estratégicas da subsidiária. Com efeito, neste período, o número total de colaboradores desta subsidiária evoluiu de 6.909 colaboradores (6.786 FTE - *full-time equivalent*) em 30 de junho de 2025, para 6.954 colaboradores (6.842 FTE - *full-time equivalent*) na mesma data do ano corrente.

A operação em Moçambique, por sua vez, manteve o quadro de pessoal estável, terminando o primeiro semestre do ano corrente com 2.663 colaboradores, tal como no final de junho de 2025, sendo a atualização salarial a principal causa para o aumento dos custos com o pessoal face ao primeiro semestre do ano anterior.

Em 30 de junho de 2026, o quadro de pessoal da atividade internacional era assim composto por 9.617 colaboradores, que compara com 9.572 colaboradores existentes no final de junho de 2025.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

No primeiro semestre de 2026, os outros gastos administrativos totalizaram 239,4 milhões de euros, situando-se 7,1% acima dos 223,4 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Não obstante a manutenção da gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, esta evolução reflete o desempenho quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 114,9 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 8,9% face aos 105,4 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2025.

Apesar da implementação de um conjunto de medidas recorrentes com vista à otimização da estrutura de custos do Banco, este desempenho reflete, entre outros, com menor impacto, o aumento dos custos relacionados com *outsourcing* e trabalho independente, com outros fornecimentos e serviços, com rendas e alugueres (incluindo custos associados a licenças de *software*), com estudos e consultas (incluindo apoio em matérias de regulação), com conservação e reparação e com serviços de informática (nos dois últimos casos, associados a *hardware* e *software*). Em contrapartida, os custos associados a publicidade representam a principal redução face ao primeiro semestre do ano anterior.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 124,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, correspondendo a um aumento de 5,5% face aos 118,0 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o aumento dos outros gastos administrativos na subsidiária polaca, cujo impacto foi atenuado pela redução destes custos verificada na subsidiária moçambicana.

O Grupo mantém um processo de otimização da rede de sucursais com vista a servir eficientemente as necessidades dos mercados onde está presente. No final do primeiro semestre de 2026, a atividade em Portugal contava com uma rede de 385 sucursais, menos onze que no final do primeiro semestre do ano anterior, enquanto na subsidiária polaca, a redução foi de 16 sucursais, para 585 sucursais em 30 de junho de 2026. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o primeiro semestre de 2026 com 191 sucursais, menos quatro do que no final do primeiro semestre do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

As amortizações e depreciações totalizaram 82,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, situando-se 6,9% acima do montante contabilizado no mesmo período do ano anterior, influenciadas sobretudo pela evolução da atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, o aumento das amortizações e depreciações foi de 13,5%, de 40,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2025, para 45,7 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente, refletindo o investimento efetuado em *hardware* e *software*, em consonância com o compromisso de transformação tecnológica e digital assumido pelo Banco.

Na atividade internacional, as amortizações e depreciações ascenderam a 36,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2026, mantendo-se em linha (-0,3%) com o montante registado no mesmo período de 2025, com o aumento verificado na subsidiária polaca a ser mais do que compensado pela redução verificada na subsidiária moçambicana.

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

Os resultados de modificações evoluíram bastante favoravelmente no período em análise, de 5,1 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2025, para 0,8 milhões de euros também negativos no primeiro semestre de 2026. Em ambos os períodos, estes montantes dizem respeito exclusivamente à subsidiária polaca.

Esta evolução dos resultados de modificações reflete, maioritariamente, a inexistência de custos associados a modificações contratuais negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira no primeiro semestre de 2026, contrariamente ao que aconteceu no primeiro semestre do ano anterior em que foram reconhecidos nesta rubrica custos no montante de 2,5 milhões de euros.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

No primeiro semestre de 2026, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) do Grupo totalizaram 104,4 milhões de euros, situando-se 16,3% acima dos 89,8 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior, devido ao aumento registado sobretudo na atividade internacional.

Em termos consolidados, o custo do risco do Grupo líquido de recuperações, fixou-se em 32 pontos base no primeiro semestre de 2026, que compara com 30 pontos base no primeiro semestre de 2025.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) totalizaram 72,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, 5,4% acima dos 68,8 milhões de euros reconhecidos no primeiro semestre de 2025. Esta evolução reflete o crescimento da carteira de crédito, na medida em que o custo do risco líquido de recuperações se situou em 32 pontos base no primeiro semestre de 2026, que compara com 33 pontos base no primeiro semestre de 2025.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) totalizaram 31,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, que compara com 21,0 milhões de euros reconhecidos no primeiro semestre de 2025. Esta evolução decorreu sobretudo do desempenho da subsidiária polaca, influenciado pela venda de créditos, com maior impacto no primeiro semestre do ano anterior. Na subsidiária moçambicana registou-se uma evolução favorável da imparidade do crédito, pese embora com um impacto imaterial no âmbito desta análise. O custo do risco líquido de recuperações, na atividade internacional, evoluiu de 22 pontos base para 32 pontos base no primeiro semestre de 2026.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

No primeiro semestre de 2026, as outras imparidades e provisões totalizaram 188,5 milhões de euros, o que representa uma redução significativa de 32,8% face aos 280,6 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução favorável decorreu maioritariamente da redução verificada na atividade internacional, cujo impacto foi atenuado pelo aumento das outras imparidades e provisões registado na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões evoluíram de 5,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2025 para 28,3 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente, devido sobretudo ao aumento das provisões para outros riscos e encargos que reflete uma perspetiva conservadora face ao atual contexto de incerteza.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 160,2 milhões de euros no final de junho de 2026, diminuindo significativamente (-41,8%) face ao montante reconhecido no período homólogo do ano anterior, em que haviam sido reconhecidos 275,0 milhões de euros. A evolução registada na atividade internacional ficou a dever-se sobretudo à redução verificada na subsidiária polaca, pese embora o seu impacto tenha sido atenuado pelo aumento a que se assistiu na subsidiária em Moçambique.

Com efeito, a provisão constituída pela subsidiária polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira foi 145,9 milhões de euros inferior face à provisão registada no primeiro semestre de 2025, ascendendo a 95,6 milhões de euros no primeiro semestre do ano corrente, contribuindo assim decisivamente para a evolução desta rubrica. Por outro lado, o montante dos proveitos, reconhecidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. diminuiu 9,2 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2025, totalizando 14,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026.

Na subsidiária em Moçambique, a evolução das outras imparidades e provisões é sobretudo explicada pela situação financeira verificada no país.

IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros cifraram-se em 282,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, montante que compara com 218,4 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, no primeiro semestre de 2026, impostos correntes de 70,7 milhões de euros (45,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2025) e impostos diferidos no montante de 212,0 milhões de euros (173,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2025).

Os gastos por impostos correntes em 2025 e em 2026 foram condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca, pelo aumento da taxa de imposto sobre os rendimentos dos bancos na Polónia de 19% para 30% em 2026 e ainda pela tributação autónoma dos juros da dívida pública na subsidiária moçambicana.

Em 2025, os impostos correntes tinham sido influenciados positivamente pela correção da estimativa de imposto de 2024 da subsidiária polaca, por contrapartida da redução dos respetivos ativos por impostos diferidos, sem impacto no resultado líquido.

Os gastos com impostos diferidos são explicados pela redução dos ativos por impostos diferidos garantidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID), sobretudo decorrente do resultado da atividade em Portugal e da evolução dos lucros tributáveis nos períodos de 2025 e de 2026, e pelo referido aumento da taxa de imposto sobre os rendimentos dos bancos na Polónia e impacto do mesmo na tributação dos rendimentos e gastos com juros e comissões de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado ascendeu a 114.800 milhões de euros em 30 de junho de 2026, evidenciando um crescimento de 8,9% face aos 105.466 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2025, tendo esta evolução sido impulsionada pelos aumentos verificados na atividade internacional (+5.661 milhões de euros) e na atividade em Portugal (+3.674 milhões de euros).

Na atividade em Portugal, o ativo total fixou-se em 71.812 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026, registando um aumento de 5,4% face aos 68.138 milhões de euros registados em 30 de junho de 2025. Esta evolução ficou a dever-se principalmente ao aumento mais significativo na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e também ao crescimento, em menor extensão, da carteira de títulos e das disponibilidades em bancos centrais. A redução mais significativa verificou-se em ativos por impostos diferidos.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 42.988 milhões de euros em 30 de junho de 2026, evidenciando um crescimento de 15,2% face aos 37.327 milhões de euros registados no final do primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução é explicada na sua maioria pelo crescimento do ativo total da subsidiária polaca, essencialmente justificado pelo incremento na carteira de títulos (sobretudo em dívida pública local) explicado pela aplicação do excedente de liquidez resultante do aumento dos recursos de clientes de balanço e também pelo aumento, em menor extensão, da carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade). O ativo na subsidiária de Moçambique também registou um acréscimo, embora menos expressivo.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito a clientes consolidada (crédito bruto), tal como definida no Glossário, cifrou-se em 65.238 milhões de euros em 30 de junho de 2026, registando um aumento de 8,3% face aos 60.217 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre do ano anterior. Esta evolução foi sobretudo impulsionada pelo crescimento na atividade em Portugal, beneficiando ainda de uma expansão registada na atividade internacional. A evolução da carteira de crédito a clientes consolidada é explicada pelo maior dinamismo do crédito a empresas e do crédito hipotecário, com o crédito pessoal a registar também uma contribuição positiva, embora menos expressiva.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 45.051 milhões de euros em 30 de junho de 2026, situando-se 8,6% acima dos 41.500 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2025. Este crescimento da carteira incorpora um aumento significativo do crédito *performing* (+3.637 milhões de euros), ligeiramente atenuado pela redução das *non-performing exposures* (NPE) (-86 milhões de euros).

O crédito hipotecário na atividade em Portugal fixou-se em 22.750 milhões de euros em 30 de junho de 2026, registando um aumento de 10,9% (+2.227 milhões de euros) face à mesma data do ano anterior, devido a uma crescente procura, impulsionada sobretudo pelos incentivos estatais dirigidos aos jovens e também ao aumento do montante médio de empréstimos, consequência direta da subida dos preços da habitação.

O crédito pessoal na atividade em Portugal também registou um aumento, de 10,6% (+276 milhões de euros) face ao valor registado no final do primeiro semestre de 2025, fixando-se em 2.872 milhões de euros em 30 de junho de 2026.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade em Portugal registou um aumento de 5,7% (+1.048 milhões de euros) face ao final do primeiro semestre de 2025, cifrando-se em 19.429 milhões de euros em 30 de junho de 2026, impulsionado pelo contexto de recuperação da atividade económica e de dinamismo do crédito protocolado.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 20.187 milhões de euros em 30 de junho de 2026, 7,9% acima dos 18.717 milhões de euros registados no final do primeiro semestre de 2025. Por geografias, verificou-se um crescimento mais significativo na subsidiária polaca e um aumento de menor expressão na subsidiária moçambicana.

O crédito hipotecário na atividade internacional totalizou 8.652 milhões de euros em 30 de junho de 2026, apresentando uma quebra de 1,9% face aos valores registados no final do primeiro semestre do ano anterior (8.821 milhões de euros em 30 de junho de 2025), sendo esta quebra maioritariamente explicada pelo desempenho da subsidiária polaca. A subsidiária em Moçambique também registou uma quebra, mas de pouca materialidade.

O montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca deduzido da parcela respeitante ao Euro Bank S.A.¹ diminuiu 82 milhões de euros (30 de junho de 2026: 122 milhões de euros; 30 de junho de 2025: 204 milhões de euros).

O crédito pessoal na atividade internacional fixou-se em 5.249 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente, registando um aumento de 261 milhões de euros face ao montante registado no final do primeiro semestre do ano anterior, impulsionado principalmente pelo crescimento registado na subsidiária polaca, beneficiando igualmente do contributo positivo da subsidiária moçambicana.

Por sua vez, o crédito a empresas na atividade internacional registou um aumento de 28,1% em comparação com os 4.908 milhões de euros existentes em 30 de junho de 2025, cifrando-se em 6.286 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026, sendo de destacar o crescimento registado na subsidiária polaca. A subsidiária moçambicana registou também uma contribuição positiva, embora menos expressiva.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	Milhões de euros		
	30 jun. 26	30 jun. 25 reexpresso	Var. 26/25
PARTICULARES	39.523	36.928	7,0 %
Hipotecário	31.402	29.344	7,0 %
Pessoal	8.121	7.584	7,1 %
EMPRESAS	25.715	23.288	10,4 %
Serviços	9.892	9.183	7,7 %
Comércio	4.420	3.915	12,9 %
Construção	1.682	1.381	21,8 %
Outros	9.721	8.809	10,4 %
	65.238	60.217	8,3 %
do qual:			
Atividade em Portugal	45.051	41.500	8,6 %
Atividade internacional	20.187	18.717	7,9 %

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O Grupo tem implementados processos de gestão e acompanhamento da carteira de crédito, designadamente no que se refere à avaliação do perfil de risco dos diferentes portfólios/segmentos de exposição. Estes processos têm como objetivo identificar e monitorizar, de forma próxima, os clientes potencialmente mais afetados pelo contexto macroeconómico prevalecente, antecipando eventuais dificuldades de cumprimento das responsabilidades e definindo estratégias de atuação ajustadas às especificidades de cada cliente/grupo de clientes, tendo em vista quer a manutenção do apoio aos clientes considerados viáveis quer a mitigação do risco de crédito em casos em que se detém riscos de perda de valor da exposição.

O stock de NPE, em termos consolidados, diminuiu para 1.442 milhões de euros em 30 de junho de 2026, apresentando uma redução de 187 milhões de euros face ao final do primeiro semestre de 2025. Na atividade em Portugal, o stock de NPE totalizava 734 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026, tendo sido registada uma redução de 86 milhões de euros face a igual data do ano anterior.

¹ O risco da carteira do Euro Bank S.A. encontra-se integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade.

No que diz respeito aos indicadores da qualidade de crédito, o rácio de NPL há mais de 90 dias, em base consolidada, fixou-se em 1,2% no final do primeiro semestre do ano corrente, ligeiramente abaixo do rácio de 1,3% verificado no final do primeiro semestre do ano anterior. Por sua vez, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total, em base consolidada, diminuiu de 2,7% em 30 de junho de 2025 para 2,2% em 30 de junho de 2026. Na atividade em Portugal, o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total diminuiu de 2,0% em 30 de junho de 2025 para 1,6% em 30 de junho de 2026.

O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, passou de 174,2% em 30 de junho de 2025 para 181,0% em 30 de junho de 2026. O rácio entre a imparidade total e o *stock* de NPE mostrou um reforço significativo tanto em termos consolidados (97,2% em 30 de junho de 2026 *vis-à-vis* 84,5% registados em 30 de junho de 2025), como na atividade em Portugal (109,1% em 30 de junho de 2026 *vis-à-vis* 93,8% em 30 de junho de 2025). Em 30 de junho de 2026, o rácio entre imparidade específica de NPE e *stock* de NPE fixou-se em 55,1% em termos consolidados (53,5% em 30 de junho de 2025) e 55,8% na atividade em Portugal (52,3% em 30 de junho de 2025).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 jun. 26	30 jun. 25 reexpresso	Var. 26/25	30 jun. 26	30 jun. 25	Var. 26/25
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	65.238	60.217	8,3 %	45.051	41.500	8,6 %
Crédito reestruturado	950	1.318	(27,9 %)	514	791	(35,0 %)
NPL > 90 dias	774	791	(2,1 %)	376	390	(3,4 %)
NPE (crédito)	1.442	1.629	(11,5 %)	734	820	(10,5 %)
Imparidade total do crédito (balanço)	1.402	1.377	1,8 %	801	769	4,1 %
Imparidade específica de NPE (balanço)	795	871	(8,8 %)	409	429	(4,6 %)

RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES

Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	1,5 %	2,2 %	1,1 %	1,9 %
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,2 %	1,3 %	0,8 %	0,9 %
NPE / Crédito a clientes (bruto)	2,2 %	2,7 %	1,6 %	2,0 %
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e Extra-patrimoniais)	1,4 %	1,7 %	1,3 %	1,5 %

GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES

Imparidade total do crédito / NPL > 90 dias	181,0 %	174,2 %	212,9 %	197,4 %
Imparidade total do crédito / NPE	97,2 %	84,5 %	109,1 %	93,8 %
Imparidade específica de NPE / NPE	55,1 %	53,5 %	55,8 %	52,3 %

Nota: salvo indicação em contrário, os indicadores acima referem-se ao crédito a clientes, conforme definido no Glossário, que inclui o crédito a clientes ao custo amortizado (excluindo ativos com acordo de recompra - *reverse repos*), os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e o crédito a clientes ao justo valor através de resultados (excluindo ativos com acordo de recompra - *reverse repos*).

RECURSOS DE CLIENTES

Em 30 de junho de 2026, os recursos totais de clientes consolidados, tal como definidos no Glossário, ascenderam a 116.655 milhões de euros, apresentando um aumento de 10.409 milhões de euros (+9,8%) face aos 106.246 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior, refletindo o desempenho positivo quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional. O crescimento significativo dos depósitos e outros recursos de clientes foi determinante na evolução dos recursos de clientes de balanço consolidados, que evidenciaram um aumento de 7.741 milhões de euros (+8,9%) face aos 87.321 milhões de euros alcançados no final do primeiro semestre do ano anterior, tendo atingido 95.063 milhões de euros em 30 de junho de 2026. Por sua vez, os recursos de clientes fora de balanço consolidados ascenderam a 21.592 milhões de euros, apresentando um aumento de 2.668 milhões de euros face ao valor obtido na mesma data do ano anterior, devido sobretudo ao dinamismo dos ativos distribuídos e dos ativos sob gestão. Os seguros de poupança e investimento também registaram uma evolução positiva, contudo com impacto mais moderado no crescimento dos recursos de clientes fora de balanço.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram 77.510 milhões de euros em 30 de junho de 2026, o que compara com 72.292 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano anterior (+7,2%). Esta evolução é maioritariamente justificada pelo crescimento dos recursos de clientes de balanço que alcançaram 59.784 milhões de euros em 30 de junho de 2026 (+3.343 milhões de euros do que o montante apurado na mesma data do ano anterior), devido ao dinamismo dos depósitos e outros recursos de clientes. Ainda que com menor contributo para aquele crescimento dos recursos totais de clientes, os recursos de clientes fora de balanço registaram um aumento de 1.875 milhões de euros face ao final do primeiro semestre do ano anterior (+11,8%), fixando-se em 17.726 milhões de euros em 30 de junho de 2026, verificando-se um aumento mais significativo nos ativos distribuídos. Os seguros de poupança e investimento e os ativos sob gestão também registaram crescimentos, contudo de menor expressão.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes fixaram-se em 39.145 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2026, registando um aumento de 5.192 milhões de euros (+15,3%) face aos 33.953 milhões de euros registados em 30 de junho de 2025. Os recursos de clientes de balanço, integralmente compostos por depósitos e outros recursos de clientes, fixaram-se em 35.279 milhões de euros em 30 de junho de 2026 (+4.399 milhões de euros do que no final do primeiro semestre de 2025), beneficiando do dinamismo da captação de recursos na operação polaca e também do acréscimo de menor expressão registado na subsidiária em Moçambique. Os recursos de clientes fora de balanço, exclusivamente provenientes da atividade na subsidiária polaca, registaram um aumento de 793 milhões de euros face ao final do primeiro semestre do ano anterior, fixando-se em 3.866 milhões de euros em 30 de junho de 2026, impulsionados principalmente pelo aumento verificado nos ativos sob gestão e também pelo acréscimo de menor dimensão observado nos ativos distribuídos. Em sentido inverso, os seguros de poupança e investimento registaram uma redução em relação ao final do primeiro semestre do ano anterior, apesar de pouco expressiva em termos absolutos.

Em termos consolidados, em 30 de junho de 2026, os recursos de clientes de balanço representavam 81,5% dos recursos totais de clientes, com os depósitos e outros recursos de clientes a representarem 79,9% dos recursos totais de clientes, ambas as percentagens inferiores às registadas na mesma data no ano anterior (82,2% e 80,9%, respetivamente).

O rácio de transformação, que resulta do quociente entre o crédito a clientes líquido e os depósitos e outros recursos de clientes, situou-se em 68,5% em 30 de junho de 2026 (em linha com o rácio registado na mesma data do ano anterior). O referido indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 67,2% (ligeiramente abaixo dos 67,4% na mesma data do ano anterior).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	30 jun. 26	30 jun. 25	Var. 26/25
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	95.063	87.321	8,9 %
Depósitos e outros recursos de clientes	93.249	85.950	8,5 %
Débitos para com clientes titulados	1.813	1.372	32,2 %
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	21.592	18.924	14,1 %
Ativos sob gestão	7.538	6.483	16,3 %
Ativos distribuídos	8.827	7.719	14,4 %
Seguros de poupança e investimento	5.227	4.722	10,7 %
	116.655	106.246	9,8 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	77.510	72.292	7,2 %
Atividade internacional	39.145	33.953	15,3 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos consolidada, tal como definida no Glossário, cifrou-se em 40.824 milhões de euros em 30 de junho de 2026, evidenciando um aumento de 12,1% em relação aos 36.428 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 35,6% do ativo total consolidado no final do primeiro semestre de 2026 (34,5% no final do primeiro semestre de 2025), sendo este reforço explicado pela aplicação de liquidez proveniente do crescimento dos recursos de clientes de balanço consolidados.

A carteira de títulos afeta à atividade em Portugal fixou-se em 21.804 milhões de euros em 30 de junho de 2026, registando um aumento face aos 21.365 milhões de euros registados em 30 de junho de 2025.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional apresentou um aumento expressivo, evoluindo de 15.063 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano anterior para 19.020 milhões de euros em 30 de junho de 2026. Este crescimento foi impulsionado principalmente pela atividade na subsidiária polaca, que reforçou o investimento em dívida pública local, em resultado da aplicação da liquidez proveniente do crescimento dos depósitos de clientes.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

A posição de liquidez do Grupo BCP manteve-se sólida entre junho de 2025 e junho de 2026, sustentada pelo crescimento de 8,9% dos recursos de clientes em balanço (+7,7 mil milhões de euros). Este acréscimo deveu-se sobretudo à atividade internacional, que contribuiu com um aumento de 4,4 mil milhões de euros (+14,2%), tendo a Polónia permanecido como o principal motor de crescimento. Embora a carteira de crédito tenha continuado a registar uma forte expansão (+8,3%, +5,0 mil milhões de euros), impulsionada sobretudo pela atividade em Portugal, o crescimento do crédito permaneceu inferior ao dos depósitos em termos absolutos. Em consequência, o Grupo preservou uma sólida posição de liquidez estrutural e níveis elevados de ativos elegíveis junto dos bancos centrais, sustentando indicadores regulamentares e internos de risco de liquidez confortavelmente acima dos respetivos requisitos, em todas as principais geografias.

A 30 de junho de 2026, o rácio de cobertura de liquidez (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) situou-se, em base consolidada, em 326%, face a 336% registados na mesma data do ano anterior, assegurando uma confortável margem acima do requisito regulamentar mínimo de 100%.

Na vertente estrutural, o Grupo reforçou a sua base de financiamento estável, assente em depósitos de clientes, em particular no segmento de retalho, e complementada por instrumentos de financiamento de médio e longo prazo, designadamente emissões realizadas no âmbito do MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) e do programa de obrigações cobertas do Bank Millennium. Em consequência, em 30 de junho de 2026, o rácio de financiamento estável líquido (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*) ascendeu a 183%, representando um aumento face aos 181% observados um ano antes, garantindo assim uma margem substancial face ao requisito regulamentar mínimo de 100%. O rácio de transformação de depósitos em crédito situou-se em 68% no final de junho de 2026, em nível idêntico ao registado na mesma data do ano anterior, refletindo uma gestão prudente da estrutura de balanço, em simultâneo com a retoma da atividade creditícia em Portugal desde o início do ano.

No que respeita à sua intervenção em mercado, o BCP, aproveitando condições favoráveis, realizou duas transações no primeiro semestre de 2026: a 5 de fevereiro de 2026, emitiu 500 milhões de euros em *Senior Preferred* ("SP") 6.25NC5.25, com um cupão de 3,250% (*mid-swaps* +72 p.b.), permitindo refinar o exercício, a 12 de fevereiro, da *call option* de uma emissão SP anterior de 500 milhões de euros, que tinha um cupão de 1,125%; e a 15 de junho de 2026, colocou uma emissão *Tier 2* de 500 milhões de euros, com maturidade de 12 anos e opção de reembolso antecipado ao fim de 7 anos (T2 12NC7), e um cupão de 4,125% (*mid-swaps* +133 p.b.).

O *buffer* de liquidez junto do Banco Central Europeu registou uma redução de 950 milhões de euros em termos homólogos, para 31,3 mil milhões de euros. Para esta evolução contribuíram, por um lado, a prevista perda de elegibilidade de uma carteira de créditos hipotecários, ocorrida no final de março de 2026, e, por outro, a realização de operações de troca de ativos altamente líquidos por ativos não elegíveis, viabilizada pela dimensão da carteira de ativos elegíveis. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do saldo de obrigações cobertas retidas e, entre outros fatores, pelos resultados retidos e pela evolução favorável do *gap* comercial.

O Bank Millennium continua a reforçar a sua posição de liquidez, impulsionado sobretudo pelo crescimento sustentado dos depósitos de clientes. Paralelamente, o banco prosseguiu a diversificação da sua estrutura de financiamento: em janeiro de 2026, emitiu 1,5 mil milhões de zlotis de dívida subordinada *Additional Tier 1* (AT1) com cupão 8,875% (*mid-swaps* +5,277 p.b.), seguindo-se, em 27 de maio de 2026, uma emissão inaugural de dívida *Tier 2*, no montante de 500 milhões de euros (10,25NC5,25) e um cupão de 4,7115% (*mid-swaps* +175 p.b.). Adicionalmente, entre junho de 2025 e junho de 2026, o banco realizou emissões de obrigações cobertas no montante total de 1,5 mil milhões de zlotis, alargando a sua base de financiamento de longo prazo.

O Millennium bim continuou a apresentar uma sólida posição de liquidez, reforçada pelo crescimento dos depósitos de clientes entre junho de 2025 e junho de 2026.

CAPITAL

O rácio CETI estimado em 30 de junho de 2026 fixou-se em 15,3% em *phased-in* e em 15,1% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -109 e de -107 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 16,4% e 16,2% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* na mesma data de 2025, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para junho de 2026 (CETI 10,29%, T1 12,19% e Total 14,73%). Os rácios estimados em 30 de junho de 2026 consideram a dedução do valor máximo de recompra de ações de 407,5 milhões de euros, correspondente a 40% do resultado líquido de 2025, atualmente em execução.

Para além do aumento da distribuição a acionistas, a evolução dos rácios reflete, por um lado, a geração interna de capital, suportada pelo sólido desempenho da atividade recorrente, e, por outro, a evolução dos ativos ponderados pelo risco, influenciada pelo crescimento da atividade, com destaque para o financiamento a empresas.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros				
	30 jun. 26		30 jun. 25	
	FULLY	PHASED	FULLY	PHASED
Fundos próprios				
Common Equity Tier 1 (CETI)	6.839	6.839	6.685	6.685
Tier 1	7.460	7.460	7.175	7.175
Fundos próprios totais	8.725	8.725	8.394	8.394
Riscos ponderados	45.287	44.731	41.338	40.823
Rácios de solvabilidade				
CETI	15,1 %	15,3 %	16,2 %	16,4 %
Tier 1	16,5 %	16,7 %	17,4 %	17,6 %
Total	19,3 %	19,5 %	20,3 %	20,6 %

Nota: Os rácios de junho de 2026 são estimados, incluindo 10% dos resultados líquidos positivos acumulados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026

Durante o primeiro semestre de 2026, apesar da persistência de um enquadramento internacional marcado pela incerteza, associada às tensões geopolíticas e a um contexto macroeconómico desafiante, o BCP prosseguiu a sua estratégia de apoio às empresas e às famílias, através de um acompanhamento próximo e de uma oferta de produtos e serviços orientada pelos princípios de rigor, confiança e qualidade, respondendo de forma consistente às necessidades e expectativas dos seus Clientes.

Em 20 de janeiro de 2026, o Banco informou que decidiu exercer a opção de reembolsar antecipadamente a totalidade da emissão “EUR 500,000,000 Senior Preferred Fixed to Floating Rate Notes due 2027” (ISIN: PTBCPHOM0066), emitida a 12 de fevereiro de 2021 no âmbito do seu *Euro Note Programme*, de acordo com a condição 6(d) dos termos e condições das Notes e dos termos finais das Notes.

Em 29 de janeiro de 2026, o Banco informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*.

A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos e 3 meses, com opção de reembolso antecipado pelo Banco em 5 de maio de 2031, um preço de emissão de 99,990% e uma taxa de juro fixa de 3,250%

ao ano até à Data de Reembolso Antecipado. A partir da Data de Reembolso Antecipado, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 0,72%.

A colocação da emissão foi feita no mercado internacional e numa base diversificada de investidores institucionais, sobretudo, em fundos de investimento, bancos e fundos de pensões, possibilitando o estreitamento do *spread* em mais de 25 p.b. durante a fase de execução.

Em 7 de maio de 2026, o Banco informou ter-se realizado a Assembleia Geral Anual de Acionistas, nas instalações do Banco e através de meios telemáticos, com a participação de Acionistas detentores de 68,53% do respetivo capital social, com as seguintes deliberações:

Ponto Um - Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2025, do Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, e do Relatório de Sustentabilidade;

Ponto Dois – Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2025;

Ponto Três – Aprovação de um voto de confiança e louvor no Conselho de Administração, incluindo a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria, e em cada um dos respetivos membros, bem como no Revisor Oficial de Contas e no seu representante;

Ponto Quatro – Aprovação da atualização da Política de Distribuição aos Acionistas;

Ponto Cinco – Aprovação dos aspetos do enquadramento remuneratório dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização submetidos à Assembleia, em particular:

- a) A atualização da Política de Remuneração dos Membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização (incluindo a ratificação de decisão do Conselho de Remuneração e Previdência em matéria de equidade e alinhamento de regimes de previdência);
- b) A componente variável da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração;

Ponto Seis - Aprovação da redução do capital social do Banco em até €240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de euros), com a finalidade de extinção de ações próprias já adquiridas ou que venham a ser adquiridas no âmbito de programa de recompra de ações próprias, envolvendo a extinção de ações próprias representativas de até 8% da totalidade de ações representativas do capital social, bem como sobre as reservas conexas, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade;

Ponto Sete – Aprovação do aumento do capital social do Banco para €3.000.0000.000, por incorporação de reserva especial que venha a ser constituída, no valor correspondente ao da redução do capital social e sem emissão de novas ações, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade;

Ponto Oito - Ratificação da cooptação de membro do Conselho de Administração para o mandato 2022/2025;

Ponto Nove - Eleição do Conselho de Administração para o mandato 2026/2029, incluindo a Comissão de Auditoria;

Ponto Dez – Eleição do Conselho de Remunerações e Previdência para o mandato 2026/2029;

Ponto Onze – Aprovação da autorização contida n.º 1 do art.º 5.º dos estatutos, bem como da alteração da respetiva redação;

Ponto Doze – Aprovação da proposta de aquisição e alienação de ações e de obrigações próprias;

Ponto Treze – Aprovação da aceitação da renúncia e voto de louvor ao membro cessante e seleção do Presidente da Mesa da Assembleia Geral para exercer funções até ao fim do mandato em curso (quadriénio 2024/2027).

Em 13 de maio de 2026, o Banco informou que a agência de notação financeira Fitch Ratings melhorou a notação de *rating* dos depósitos de longo e curto prazo do BCP de 'A-' para 'A' e de 'F2' para 'F1', respetivamente, após a publicação, em 8 de maio de 2026, da atualização da sua metodologia de atribuição de *rating* a Bancos.

Em 15 de junho de 2026, o Banco informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida subordinada *Tier 2* ao abrigo do seu *Euro Note Programme*.

A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 12 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do 7º ano, uma taxa de juro de 4,125%, ao ano, durante os primeiros 7 anos, correspondente a um *spread* de 1,330% sobre a *taxa mid-swap* de 7 anos. Para os últimos 5 anos, a taxa de juro será refixada com base na taxa *mid-swap* de 5 anos prevalecente acrescida do referido *spread*.

A colocação da emissão foi feita no mercado internacional e numa base diversificada de investidores institucionais, com mais de 80% em fundos de investimento, possibilitando o estreitamento do *spread* em 27 p.b. durante a execução.

Em 30 de junho de 2026, o Banco informou que foi notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da atualização do seu requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis ("MREL" ou "*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*") conforme decisão do Conselho Único de Resolução.

A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo ("MPE" ou "*Multiple Point of Entry*"). O requisito MREL a cumprir pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), com aplicação imediata, é de:

- 24,73% do montante total das posições em risco ("TREA" ou "*Total Risk Exposure Amount*"), a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios ("CBR" ou "*Combined Buffer Requirement*"), que inclui também o "*Countercyclical Capital Buffer*" — CCyB e o "*Systemic Risk Buffer*" — SyRB, atualmente de 4,67% assim correspondendo a um requisito total atualmente de 29,40%; e
- 6,75% da medida de exposição total ("LRE" ou "*Leverage Ratio Exposure Measure*").

Adicionalmente, o Banco informou que não está sujeito a qualquer requisito mínimo de subordinação.

De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL pode ser anualmente atualizado pelas autoridades competentes, pelo que estas metas substituem as anteriormente fixadas.

Nessa data, o BCP informou que cumpria com os requisitos MREL estabelecidos, tanto em percentagem do TREA (incluindo o CBR), como em percentagem do LRE.

O Banco Comercial Português ("Banco" ou "BCP"), iniciou a negociação de ações próprias no contexto do Programa de Recompra de Ações Próprias aprovado pelo Banco, de acordo com os termos e condições descritos no anúncio relativo ao início da negociação no âmbito do Programa de Recompra de Ações Próprias divulgado pelo BCP no dia 27 de maio de 2026.

No âmbito do Programa de Recompra, e após as transações efetuadas no período de 4 de junho a 24 de julho de 2026, o Banco adquiriu até essa data 82.805.831 ações, pelo valor total de EUR 85.245.253, detendo agora um total de 82.805.831 ações próprias, representativas de 0,56% do seu capital social.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp recebeu diversas distinções no primeiro semestre de 2026:

- "Escolha do Consumidor" em 2026, na categoria "Grandes Bancos" pelo sexto ano consecutivo.
- Renovou, em 2026, o estatuto de líder nas categorias 'Grandes Bancos' e 'apps bancárias', pelo quarto ano consecutivo, pelo Prémio Cinco Estrelas.

- Em 2026, na categoria do Prémio 5 Estrelas - "Grandes Bancos"- obteve a melhor classificação entre os Bancos avaliados.
- O site de empresas do Millennium bcp foi distinguido como Produto do Ano 2026, na categoria "Empresas".
- Distinguido nos Euronext Lisbon Awards 2026 nas categorias de: Equity Champion (empresa cotada com maior retorno total), Local Market Member - Equity (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Market Member - Bonds (membro com maior valor negociado na Euronext Lisbon nesta categoria), Structured Finance - Warrants and Certificates (membro que gerou maior crescimento dos valores mobiliários identificados nesta categoria).
- Distinguido como Melhor Distribuidor em Portugal de Produtos Estruturados pela Structured Retail Products.
- Distinção pela revista Euromoney como o Banco com as melhores soluções de financiamento em Portugal, no âmbito dos Awards for Excellence 2026.
- Distinguido pela Euromoney como o melhor banco digital para PME em Portugal.
- Global AI & Agentic Award, prémio atribuído pela SS&C Blue Prism em reconhecimento da liderança do BCP na utilização de IA generativa e agentes inteligentes.
- A campanha Appropósito conquistou cinco distinções, incluindo Grand Prix, Ouro, Prata e Bronze nos Prémios Lusófonos da Criatividade.
- BCP voltou a afirmar-se como parceiro de referência do tecido empresarial nacional ao vencer a edição PME Líder 2025.
- Distinção do BCP e da Ocidental com a Medalha de Ouro pelo Smart Insurance Advisory Tool.

O ActivoBank recebeu também diversas distinções no primeiro semestre de 2026:

- "Escolha do Consumidor" na categoria "Banco Digital" em 2026 pelo oitavo ano consecutivo.
- Prémio "Cinco Estrelas", na categoria "Banca Digital" em 2026 pelo terceiro ano consecutivo.
- Distinguido pela DECO PROteste como Escolha Acertada nas Contas à Ordem, reforçando a sua posição como uma das soluções mais vantajosas do mercado, bem como a Escolha Acertada de Investimentos em ETFs. O ActivoBank é assim, a melhor escolha entre os Bancos regulados em Portugal em 2026.

O Bank Millennium foi distinguido no primeiro semestre de 2026:

- Bank Millennium distinguido como Golden Bank 2026, que distingue a melhor qualidade de serviço multicanal. O Banco alcançou, pela sexta vez, o primeiro lugar na categoria de maior qualidade de atendimento através da linha telefónica e, pelo terceiro ano consecutivo, integrou o pódio nas categorias de qualidade de atendimento por *chat* e *e-mail*.
- Distinguido pelo terceiro ano consecutivo como Top Employer Polska em 2026 pelo Top Employers Institute. Este reconhecimento confirma o compromisso do Banco com a criação de um ambiente de trabalho cada vez mais positivo, através da adoção de elevados padrões de gestão de recursos humanos e da implementação das melhores práticas de gestão de recursos humanos.
- Bank Millennium reconhecido como Banco com Missão no *ranking* Złoty Bankier 2026. O Banco foi reconhecido pelos seus esforços consistentes, que vão para além da oferta bancária tradicional, bem como pelo seu envolvimento em iniciativas ambiciosas e inspiradoras. Destaca-se como uma instituição que alia a dimensão da sua atividade à responsabilidade, credibilidade e coragem na promoção de um espaço social mais ambicioso, demonstrando simultaneamente consistência e fiabilidade enquanto mecenas da cultura de longa data.
- Bank Millennium distinguido e venceu nas seguintes categorias: Melhor Aplicação Móvel, Melhor Processo de Abertura de Conta em Sucursal e Melhor Processo de Abertura de Conta à Distância, tendo sido distinguido como Instituição do Ano pelo portal MojeBankowanie.pl.
- Distinção do Bank Millennium como Poland's Best Digital Bank pela Euromoney.
- A funcionalidade de compra de eSIM através da App Millennium foi reconhecida entre as melhores inovações financeiras do ano nos Global Finance Innovators Awards.
- O Bank Millennium destacou-se na categoria Customer Relationship Star do *ranking* Banking Stars.
- Customer Experience Leader 2026, reconhecimento pela qualidade da experiência proporcionada aos clientes e pela estratégia centrada no cliente.
- Service Quality Star 2026, distinção atribuída com base nos elevados níveis de satisfação dos consumidores.
- Star of the Decade 2015–2025, prémio que reconhece uma década de excelência e consistência na qualidade de serviço.
- O Contact Center do Bank Millennium recebeu o Gold Grand Prix, a mais alta distinção do setor.

- Sustainability Champions 2026, reconhecimento atribuído no âmbito do ESG Responsible Management Ranking.

O Millennium bim foi também distinguido no primeiro semestre de 2026:

- O Millennium bim foi distinguido pela Euromoney como Melhor Banco de Moçambique.
- O Millennium bim foi reconhecido como Melhor Banco Digital de Moçambique pela Euromoney.
- O Millennium bim foi reconhecido como Melhor Banco de Moçambique pela revista Global Finance.
- A campanha "Haverá Sempre um M" conquistou um *Gold*, um *Silver* e uma *Shortlist* num dos mais prestigiados festivais africanos de criatividade, a Pitcher Awards 2026.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Em julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa a projeção para o crescimento do PIB mundial em 2026, de 3,1% para 3,0%. No plano dos preços, o FMI antevê uma taxa de inflação de 4,7% em 2026, valor superior em 0,3 pontos percentuais ao projetado em abril. Estas revisões refletem o aumento do preço de bens energéticos e dos produtos alimentares, associados a um encerramento mais prolongado do Estreito de Ormuz. A estas projeções estão associados importantes riscos, em sentido descendente, para a atividade económica, e, em sentido ascendente, para os preços, relacionados sobretudo com a persistência de tensões geopolíticas.

No segundo trimestre de 2026, os mercados financeiros beneficiaram com as perspetivas de atenuação do conflito no Médio Oriente e com resultados empresariais robustos, não obstante terem registado episódios de volatilidade elevada. Neste sentido, os principais índices acionistas registaram valorizações, com destaque para os mercados com maior exposição às novas tecnologias. Os preços do petróleo recuaram face aos máximos observados no início do trimestre, mas ainda assim, em termos médios, permaneceram cerca de 25% acima dos valores verificados no trimestre anterior. A possibilidade de efeitos de segunda ordem sobre os preços de bens energéticos contribuiu para uma revisão em alta das expectativas de inflação, ainda que estas se mantenham relativamente ancoradas, e das trajetórias esperadas para as taxas de juro de referência. Neste contexto, o Banco Central Europeu subiu a taxa de facilidade de depósitos de 2,0% para 2,25%, repercutindo-se no aumento das taxas Euribor, nomeadamente dos prazos mais longos. O enquadramento macroeconómico e financeiro desfavorável refletiu-se num alargamento dos prémios de risco, incluindo emitentes soberanos, da periferia da área do euro, em particular Itália, com as *yields* de dívida pública a 10 anos a atingirem os 3,15% na Alemanha e os 4,65% nos Estados Unidos.

Os indicadores de atividade apontam para uma recuperação da economia portuguesa no segundo trimestre de 2026, após a estagnação registada no primeiro trimestre. A procura interna deverá constituir o principal motor de crescimento, beneficiando do dinamismo do investimento e do consumo privado suportado por um mercado de trabalho robusto, mantendo o nível da taxa de desemprego próximo de mínimos históricos. O Banco de Portugal manteve a projeção para o crescimento do PIB em 2026 em 1,8%. No que respeita à inflação, observou-se uma aceleração expressiva do primeiro para o segundo trimestre, com a taxa média a subir de 2,2% para 3,2%, uma evolução marcada pelo aumento dos preços dos bens energéticos. O Banco de Portugal reviu em alta a projeção para a inflação em 2026, de 2,8% para 3,1%, antecipando um retorno a valores próximos de 2% em 2028.

Na Polónia observou-se um crescimento do PIB, em termos homólogos, de 3,5% no primeiro trimestre de 2026, o que corresponde a uma desaceleração face ao trimestre anterior, decorrente do abrandamento da procura interna, principalmente do investimento. Não obstante, a atividade económica deverá manter um ritmo de crescimento robusto, com o FMI a projetar um crescimento do PIB de 3,4% para o conjunto do ano. No segundo trimestre, a inflação média acelerou de 2,4% para 2,9% num contexto de pressão sobre os preços dos combustíveis. O Banco Nacional da Polónia manteve a taxa de juro de referência inalterada em 3,75% e o złóti depreciou ligeiramente.

Em Moçambique, o PIB registou um crescimento, em termos homólogos, de 0,1% no primeiro trimestre de 2026. A atividade económica foi condicionada pelas inundações que assolaram o país no primeiro trimestre e pela deterioração do risco soberano. No conjunto do ano, o FMI prevê um crescimento do PIB de 0,5%. A taxa de inflação em maio aumentou para 7,2%, decorrente do aumento do preço dos combustíveis, com a inflação subjacente a manter-se estável. Neste contexto, o Banco Central de Moçambique decidiu manter a taxa MIMO em 9,25% e a cotação oficial do metical manteve-se relativamente estável.

Em Angola, o FMI projeta uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB de 3,1% em 2025 para 2,3% em 2026. No plano cambial, o kwanza apreciou ligeiramente face ao euro no segundo trimestre.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões de euros								
	Grupo			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	jun. 26	jun. 25 (reexpresso)	Var. 26/25	jun. 26	jun. 25	Var. 26/25	jun. 26	jun. 25 (reexpresso)	Var. 26/25
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	1.493,8	1.444,1	3,4 %	733,2	658,8	11,3 %	760,6	785,3	(3,1 %)
Rendimentos de instrumentos de capital	0,9	0,8	4,0 %	0,0	0,0	0,0 %	0,9	0,8	4,0 %
Resultado de serviços e comissões	438,0	413,8	5,8 %	322,4	307,1	5,0 %	115,6	106,7	8,3 %
Resultados em operações financeiras	81,2	55,8	45,5 %	41,0	7,0	>200%	40,2	48,8	(17,6 %)
Outros proveitos de exploração líquidos	(100,8)	(97,6)	(3,2 %)	(38,3)	(21,6)	(77,2 %)	(62,4)	(76,0)	17,8 %
Resultados por equivalência patrimonial	37,1	31,0	19,8 %	33,9	28,5	18,9 %	3,3	2,5	30,3 %
Produto bancário	1.950,3	1.848,0	5,5 %	1.092,2	979,8	11,5 %	858,2	868,2	(1,2 %)
Custos com o pessoal	398,7	383,3	4,0 %	200,2	196,7	1,8 %	198,5	186,6	6,4 %
Outros gastos administrativos	239,4	223,4	7,1 %	114,9	105,4	8,9 %	124,6	118,0	5,5 %
Amortizações e depreciações	82,1	76,8	6,9 %	45,7	40,2	13,5 %	36,4	36,6	(0,3 %)
Custos operacionais	720,2	683,5	5,4 %	360,7	342,4	5,4 %	359,5	341,2	5,4 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	713,4	680,7	4,8 %	353,9	339,6	4,2 %	359,5	341,2	5,4 %
Resultados antes de imparidades e provisões	1.230,1	1.164,4	5,6 %	731,5	637,4	14,8 %	498,7	527,0	(5,4 %)
Resultados de modificações	(0,8)	(5,1)	83,6 %	0,0	0,0	0,0 %	(0,8)	(5,1)	83,6 %
Imparidade do crédito (líq.de recuperações)	104,4	89,8	16,3 %	72,5	68,8	5,4 %	31,9	21,0	51,8 %
Outras imparidades e provisões	188,5	280,6	(32,8 %)	28,3	5,6	>200%	160,2	275,0	(41,8 %)
Resultado antes de impostos	936,4	788,9	18,7 %	630,6	563,0	12,0 %	305,8	225,9	35,4 %
Impostos	282,7	218,4	29,4 %	160,5	139,1	15,3 %	122,2	79,3	54,1 %
Correntes	70,7	45,4	55,9 %	4,2	3,5	20,5 %	66,4	41,8	58,8 %
Diferidos	212,0	173,0	22,5 %	156,2	135,6	15,2 %	55,8	37,5	48,9 %
Resultado após impostos de operações em continuação	653,7	570,5	14,6 %	470,2	423,9	10,9 %	183,5	146,6	25,2 %
Resultados de operações descontinuadas	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %	0,0	0,0	0,0 %
Interesses que não controlam	87,9	68,2	28,8 %	(0,1)	(0,1)	(16,3 %)	87,9	68,3	28,7 %
Resultado líquido	565,8	502,3	12,7 %	470,2	424,0	10,9 %	95,6	78,3	22,1 %
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	114.800	105.466	8,9 %	71.812	68.138	5,4 %	42.988	37.327	15,2 %
Recursos totais de clientes	116.655	106.246	9,8 %	77.510	72.292	7,2 %	39.145	33.953	15,3 %
Recursos de clientes de balanço	95.063	87.321	8,9 %	59.784	56.441	5,9 %	35.279	30.880	14,2 %
Depósitos e outros recursos de clientes	93.249	85.950	8,5 %	57.971	55.070	5,3 %	35.279	30.880	14,2 %
Débitos para com clientes titulados	1.813	1.372	32,2 %	1.813	1.372	32,2 %	0	0	0,0 %
Recursos de clientes fora de balanço	21.592	18.924	14,1 %	17.726	15.851	11,8 %	3.866	3.073	25,8 %
Ativos sob gestão	7.538	6.483	16,3 %	4.696	4.346	8,1 %	2.842	2.137	33,0 %
Ativos distribuídos	8.827	7.719	14,4 %	7.976	6.980	14,3 %	852	739	15,2 %
Seguros de poupança e de investimento	5.227	4.722	10,7 %	5.054	4.525	11,7 %	173	197	(12,3 %)
Crédito a clientes (bruto)	65.238	60.217	8,3 %	45.051	41.500	8,6 %	20.187	18.717	7,9 %
Particulares	39.523	36.928	7,0 %	25.622	23.119	10,8 %	13.901	13.809	0,7 %
Hipotecário	31.402	29.344	7,0 %	22.750	20.523	10,9 %	8.652	8.821	(1,9 %)
Pessoal	8.121	7.584	7,1 %	2.872	2.597	10,6 %	5.249	4.988	5,2 %
Empresas	25.715	23.288	10,4 %	19.429	18.381	5,7 %	6.286	4.908	28,1 %
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Imparidade total do crédito (balanço)	1.402	1.377	1,8 %	801	769	4,1 %	601	608	(1,2 %)
Imparidade total do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,1 %	2,3 %		1,8 %	1,9 %		3,0 %	3,2 %	
Stock de NPE (crédito)	1.442	1.629	(11,5 %)	734	820	(10,5 %)	708	809	(12,5 %)
NPE / Crédito a clientes	2,2 %	2,7 %		1,6 %	2,0 %		3,5 %	4,3 %	
Imparidade total do crédito (balanço) / NPE	97,2 %	84,5 %		109,1 %	93,8 %		84,8 %	75,1 %	
Crédito reestruturado	950	1.318	(27,9 %)	514	791	(35,0 %)	435	527	(17,4 %)
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	1,5 %	2,2 %		1,1 %	1,9 %		2,2 %	2,8 %	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	32	30		32	33		32	22	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

	(Milhares de euros)	
	30 junho 2026	30 junho 2025
Juros e proveitos equiparados	2.134.557	2.222.073
Juros e custos equiparados	(640.728)	(778.019)
MARGEM FINANCEIRA	1.493.829	1.444.054
Rendimentos de instrumentos de capital	874	841
Resultados de serviços e comissões	438.036	413.830
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados	9.115	74.382
Ganhos / (perdas) cambiais	62.278	(10.081)
Resultados de contabilidade de cobertura	(1.674)	(36)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	11.512	(8.427)
Outros proveitos / (custos) de exploração	(104.495)	(125.392)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	1.909.475	1.789.171
Custos com o pessoal	398.699	383.315
Outros gastos administrativos	239.418	223.444
Amortizações e depreciações	82.097	76.786
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	720.214	683.545
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	1.189.261	1.105.626
Resultados de modificações	(839)	(5.120)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(113.198)	(108.858)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	960	(1.721)
Imparidade de outros ativos	(6.213)	(8.807)
Outras provisões	(174.452)	(250.979)
RESULTADO OPERACIONAL	895.519	730.141
Resultados por equivalência patrimonial	37.141	31.007
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	3.733	27.774
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	936.393	788.922
Impostos		
Correntes	(70.693)	(45.356)
Diferidos	(212.000)	(173.049)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	653.700	570.517
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	0	0
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	653.700	570.517
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	565.832	502.276
Interesses que não controlam	87.868	68.241
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	653.700	570.517
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,075	0,065
Diluído	0,075	0,065

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS INTERCALARES CONDENSADOS CONSOLIDADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Milhares de euros)

	30 junho 2026	31 dezembro 2025	30 junho 2025
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.826.582	4.089.540	3.043.654
Disponibilidades em outras instituições de crédito	216.349	186.011	271.492
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	1.009.140	861.245	1.154.893
Crédito a clientes	59.513.375	57.406.675	55.023.464
Títulos de dívida	27.249.692	24.538.875	25.000.970
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.911.408	1.063.264	1.611.113
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	353.220	353.619	344.494
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	37.221
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15.818.948	16.045.772	13.749.416
Derivados de cobertura	75.601	32.365	85.860
Investimentos em associadas	449.325	455.176	422.122
Ativos não correntes detidos para venda	60.294	68.928	75.319
Propriedades de investimento	5.097	5.011	17.402
Outros ativos tangíveis	564.577	581.846	586.089
Goodwill e ativos intangíveis	323.720	322.683	281.648
Ativos por impostos correntes	8.127	22.380	24.280
Ativos por impostos diferidos	1.502.380	1.744.370	1.968.869
Outros ativos	1.911.950	1.555.167	1.767.233
TOTAL DO ATIVO	114.799.785	109.332.927	105.465.539
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições de crédito e outros empréstimos	793.287	878.571	771.720
Depósitos de clientes e outros empréstimos	91.357.614	87.672.860	83.967.991
Títulos de dívida não subordinada emitidos	3.940.733	3.893.593	4.265.785
Passivos subordinados	2.381.056	1.411.658	1.398.489
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	100.161	152.729	252.044
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.705.075	3.614.335	3.353.247
Derivados de cobertura	36.772	42.728	52.184
Provisões	1.186.485	1.238.513	1.222.056
Passivos por impostos correntes	70.787	86.354	81.001
Passivos por impostos diferidos	6.799	5.824	6.874
Outros passivos	1.659.442	1.275.005	1.690.431
TOTAL DO PASSIVO	105.238.211	100.272.170	97.061.822
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	546.124	464.659	464.659
Títulos próprios	(32.141)	0	(127.551)
Reservas e resultados acumulados	3.402.956	2.913.463	2.983.459
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	565.832	1.018.647	502.276
Interesses que não controlam	1.662.332	1.247.517	1.164.403
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	9.561.574	9.060.757	8.403.717
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	114.799.785	109.332.927	105.465.539

GLOSSÁRIO

Ativo médio - média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período.

Ativos distribuídos - montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Capitais próprios médios - média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período.

Carteira de títulos - títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com ativos com acordo de recompra detidos para negociação, derivados de negociação e operações de crédito) e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) - crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade (excluindo ativos com acordo de recompra), títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) - crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade (excluindo ativos com acordo de recompra), títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito performing - crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) - quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações e depreciações.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - depósitos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado (excluindo vendas de títulos com acordo de recompra) e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

EPS (*Earnings per share*) - resultado por ação, considerando a relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATI (caso existam), e o número médio de ações.

Gap comercial - diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) - imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) - imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

NPE (*Non-performing exposures*) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

NPL > 90 dias (*Non-performing loans há mais de 90 dias*) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade (líquida de reversões) de aplicações em instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (*Core income*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (*cost-to-core income*) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (*cost-to-income*) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio *loan to value* (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo médio. Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATl (caso existam), e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (“ROTE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco, deduzido dos cupões do ATl e da imparidade do *goodwill* (caso existam), e os capitais próprios médios excluindo o *goodwill* e os ativos intangíveis. Em que: Capitais próprios = Capitais próprios – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza - Interesses que não controlam.

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (*Core operating profit*) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – ganhos/(perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados, ganhos/(perdas) cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e ganhos/(perdas) com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“*unit linked*”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2026 e de 2025 não foram objeto de auditoria.